ALIANÇA
PELA RESTAURAÇÃO NA
AMAZÔNIA

RESTAURAÇÃO NA AMAZÔNIA: Financiadores, é hora de ajustar os editais ao ritmo da floresta

©Haroldo Palo Jr.

Novembro 2025

ALIANÇA
PELA RESTAURAÇÃO NA
AMAZÔNIA

Restauração na Amazônia: Financiadores, é hora de ajustar os editais ao ritmo da floresta

Marcelo Lucian Ferronato[1]; Danielle Celentano[2]; Rodrigo Gravina P. Junqueira[3]; Sâmia Nunes[4]

Como citar:
Ferronato, M. L.; Celentano, D.; Junqueira, R. G. P. Nunes, S. *Restauração na Amazônia: Financiadores, é hora de ajustar os editais ao ritmo da floresta*. Nota técnica, Belém, Pa: Aliança pela Restauração na Amazônia, 2025. Disponível em: https://aliancaamazonia.org.br/alianca/

ISBN 978-65-01-77606-4

1. Biólogo, doutor em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Atua há 15 anos na liderança de projetos de restauração ecológica na Amazônia. É docente do Programa de Pós-Graduação em Conservação e Uso de Recursos Naturais (PPGReN) da Universidade Federal de Rondônia. Atualmente, exerce a função de diretor-presidente da Ecoporé, coordena o Conselho de Coordenação Estratégica da Aliança pela Restauração na Amazônia, é conselheiro da Sociedade Brasileira de Restauração Ecológica e membro da Junta Diretiva da Sociedade Ibero-Americana e do Caribe de Restauração Ecológica.

2. Engenheira florestal e doutora em Biodiversidade e Biotecnologia. Atua há mais de 20 anos na Amazônia com conservação e restauração de florestas, em articulação com o bem-estar humano. É Analista Sênior de Restauração Ecológica no Instituto Socioambiental (ISA), membro do Comitê gestor do Redário, conselheira da Sociedade Brasileira de Restauração Ecológica (SOBRE) e membro do Conselho de Coordenação Estratégica da Aliança pela Restauração na Amazônia.

3. Engenheiro agrônomo formado pela ESALQ/USP, mestre em Ciência Ambiental (PROCAM/USP), especialista em projetos e iniciativas de adequação socioambiental e sistemas de produção sustentáveis. É Secretário Executivo do Instituto Socioambiental (ISA), membro do Conselho de Coordenação Estratégica da Aliança pela Restauração na Amazônia e representante da Aliança na Comissão Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa (Conaveg).

4. Pesquisadora e vice-coordenadora do programa de mestrado do Instituto Tecnológico Vale, líder do grupo de trabalho de políticas públicas da Aliança pela restauração na Amazônia, Engenheira Florestal e doutora em Ciências Ambientais. Atua há 20 anos na Amazônia com pesquisa aplicada em restauração florestal, vegetação secundária e sistemas agroflorestais com ênfase em políticas públicas.

APRESENTAÇÃO

A Aliança pela Restauração na Amazônia tem como missão articular múltiplos atores para a restauração de ecossistemas degradados na Amazônia, como estratégia integrada à conservação e com benefícios socioeconômicos compartilhados. Por isso acreditamos que a restauração na Amazônia é uma oportunidade para enfrentarmos a crise climática com soluções concretas e, ao mesmo tempo, uma estratégia para geração de renda pelos produtos da bioeconomia e para promover o desenvolvimento da sociedade. Trata-se de um bioma que abriga cerca de 10% da biodiversidade mundial, regula o regime de chuvas de boa parte da América do Sul e possui imenso potencial para gerar benefícios sociais, ecológicos e econômicos. Estima-se que investimentos em restauração possam criar até 200 mil empregos na região até 2030. No entanto, para que isso ocorra, os instrumentos de apoio e financiamento precisam operar em sintonia com os ritmos ecológicos e socioculturais da floresta. Portanto, o objetivo deste documento é propor recomendações para as instituições financiadoras da restauração florestal na região, para que os recursos financeiros sejam mais efetivos, acessíveis e inclusivos, ajudando de fato a converter a demanda potencial em demanda real e na implementação da restauração em larga escala.

Para mais informações sobre políticas públicas e programas de incentivo à restauração na Amazônia, acesse a publicação da Aliança "Políticas e fontes de financiamento para a restauração florestal na Amazônia" que traz resultados de um levantamento das principais políticas públicas, planos, acordos, normas, iniciativas, metas e fontes de financiamento existentes para restauração, em âmbito internacional, nacional e estadual, identificando oportunidades, desafios e prioridades para monitoramento. O Posicionamento apresentado aqui, também pode ser complementado com materiais já publicados como o Guia do Financiador: Recomendações ao financiador da restauração ecológica do Cerrado, com o objetivo de auxiliar o financiador da restauração ecológica do Cerrado a tomar decisões assertivas para que a restauração alcance resultados ecológicos, sociais e econômicos efetivos.

A sazonalidade como pilar da eficiência

No cenário da restauração florestal na Amazônia, os editais e programas de fomento desempenham um papel crucial como instrumentos de direcionamento de investimentos e mobilização de atores. Geralmente lançados por instituições governamentais, organizações não governamentais e agências de financiamento, esses mecanismos buscam impulsionar projetos que visam à recuperação de áreas degradadas. Eles estabelecem critérios, prazos e requisitos para a submissão de propostas, definindo as diretrizes para o acesso a recursos financeiros e o desenvolvimento de iniciativas.

Contudo, uma das principais inadequações observadas nesses editais e programas de fomento à restauração na Amazônia é a desconsideração de uma característica ecológica essencial do bioma: sua acentuada e diversa sazonalidade pluviométrica. O regime de chuvas exerce influência direta sobre os ciclos fenológicos das espécies nativas, impactando os períodos ideais para coleta de sementes, preparo do solo, plantio e manejo e, a depender das condições de acesso aos locais-alvo da restauração, a logística.

Portanto, esse padrão climático não homogêneo em toda a região amazônica, exige uma abordagem regionalizada:

- **Centro-Sul da Amazônia** (Mato Grosso, Rondônia, sul do Pará): a estação seca ocorre, em geral, de **maio a setembro**. Esse é o período mais adequado para atividades como preparo do solo, logística e mobilização de equipes, além de coincidir com a frutificação e dispersão de sementes de diversas espécies nativas. O **início das chuvas**, entre **outubro e dezembro**, marca a janela ideal para o plantio.
- **Amazônia Central** (Manaus e entorno): apresenta menor variação sazonal, com chuvas distribuídas ao longo do ano e pico pluviométrico entre **março e maio**, o que permite maior flexibilidade nos cronogramas operacionais.
- **Noroeste Amazônico** (Amazonas ocidental, Acre, Roraima): tradicionalmente é caracterizado por um regime de chuvas mais distribuído ao longo do ano e uma estação seca pouco definida. No entanto, esse padrão tem mudado significativamente nas últimas décadas, especialmente em Roraima, onde a ocorrência de secas severas e incêndios florestais tem sido cada vez mais frequente — em especial nos anos associados ao fenômeno El Niño. Essa variabilidade climática exige estratégias de execução ainda mais adaptadas, com cronogramas ajustados a microclimas e às condições locais, considerando riscos crescentes de estiagens e queimadas.

A liberação de recursos financeiros em datas inadequadas — como em dezembro, quando o plantio já deveria ter ocorrido — pode comprometer totalmente a viabilidade de projetos, por mais robusta que seja sua proposta técnica. Exigências de execução e prestação de contas que ignoram a realidade climática regional contribuem para o insucesso de iniciativas potencialmente transformadoras.

Diante dessa diversidade ecológica, **é fundamental que os editais e mecanismos de apoio considerem dados climáticos regionais**, incorporando cronogramas flexíveis e calendários sincronizados com os ritmos da floresta. A regionalização das diretrizes operacionais não é apenas uma questão de eficiência — é uma condição essencial para o sucesso da restauração ecológica na Amazônia.

Tempo de mobilização e previsibilidade: elementos estruturantes

Para além da adaptação às janelas climáticas e das exigências burocráticas, é essencial **considerar o tempo necessário para mobilização social e territorial** antes da execução de projetos de restauração. Nem todas as organizações possuem um "banco de áreas" prontamente disponível para plantio. A articulação com comunidades, a consulta a lideranças e o processo de validação territorial são etapas fundamentais, que demandam tempo e recursos — e que garantem legitimidade e adesão local às iniciativas.

A ausência de previsão orçamentária e temporal para essa etapa crítica compromete a efetividade dos projetos e pode gerar conflitos ou baixo engajamento comunitário. Editais inteligentes precisam **reconhecer explicitamente a importância, o custo e o tempo de mobilização territorial** como parte integrante da restauração.

A falta de previsibilidade na demanda por sementes e mudas é um fator crucial que desestrutura as cadeias produtivas e ameaça a sustentabilidade econômica dos fornecedores, transformando a restauração em um empreendimento de alto risco. Para mitigar essa incerteza, recomenda-se que os editais de restauração proponham escalonamentos da restauração em prazos adequados ao volume e o momento da demanda por sementes e mudas. Essa clareza nos editais permitiria que as redes de coletores, viveiros comunitários e organizações locais se planejassem de forma mais eficaz, garantindo a sustentabilidade e a organização das cadeias de insumos ecológicos.

Para garantir estabilidade e fortalecer economias locais baseadas em biodiversidade, recomenda-se:

- Inclusão de linhas específicas de financiamento para mobilização territorial e social;
- Planejamento prévio da encomenda de sementes e mudas, com contratos mais estáveis e claros;
- Reconhecimento da função socioeconômica das redes locais de sementes e viveiros, o qual pode ocorrer nos editais através de:
  - **Critérios de pontuação adicionais:** Propostas que utilizarem sementes e mudas de redes locais e viveiros comunitários receberão pontuação extra, valorizando a origem e o impacto socioeconômico.
  - **Valorização de parcerias locais:** Editais podem exigir parcerias formais com redes locais de sementes e viveiros (quando existentes) para aquisição de material genético, fortalecendo esses atores.
  - **Linhas de financiamento específicas:** Criar linhas de financiamento ou subvenções dedicadas à estruturação e fortalecimento de redes locais de sementes e viveiros, reconhecendo-os como essenciais na cadeia de restauração.
  - **Cláusulas contratuais:** Incluir cláusulas que incentivem a compra de sementes e mudas de fornecedores locais, com comprovação.
  - **Capacitação e assistência técnica:** Prever oferta de capacitação e assistência técnica para redes e viveiros locais pré-estabelecidos, visando melhoria da qualidade e formalização dos processos, evitando a criação de novas redes sem garantia de longevidade.
  - **Participação de representantes:** Incluir representantes de redes locais e viveiros em etapas preliminares de consulta para subsidiar a elaboração e avaliação dos editais para garantir que suas necessidades sejam consideradas.
  - **Financiamento para condições habilitantes:** Incluir financiamento para capacitação, infraestrutura básica e continuidade da manutenção pós-plantio por no mínimo 3 a 5 anos, conforme boas práticas internacionais.

Barreiras Burocráticas: Um Obstáculo Evitável

Um dos entraves mais recorrentes à efetividade dos projetos de restauração na Amazônia é o excesso de exigências documentais comprobatórias associadas à morosidade nos processos de financiamento, da contratação até a prestação de contas. Paradoxalmente, os atores mais bem posicionados para conduzir ações efetivas — como organizações comunitárias, associações locais e iniciativas de base — são justamente os que enfrentam as maiores dificuldades para acessar os recursos disponíveis.

Essas organizações detém profundo conhecimento técnico e territorial, construído ao longo de anos de atuação em áreas remotas. No entanto, regras excessivamente padronizadas — ou, como se costuma dizer localmente, com a "*régua excessivamente alta*" — são muitas vezes incompatíveis com a realidade regional. Cronogramas inflexíveis e exigências descontextualizadas acabam por excluí-las dos editais.

As exigências e prazos administrativos, quando não adaptadas ao contexto sociogeográfico da região, tornam-se obstáculos que comprometem o protagonismo das comunidades locais e consequentemente o sucesso da prática restaurativa. A restauração ecológica na Amazônia exige agilidade, sensibilidade e reconhecimento da complexidade logística e institucional do território.

Para superar esse gargalo, **é urgente revisar os mecanismos burocráticos associados ao financiamento da restauração**. A verdadeira inovação nos editais não está apenas em tecnologias silviculturais, mas também na construção de arranjos e instrumentos de financiamento mais acessíveis, inclusivos e territorialmente contextualizados. Apoiar quem está na linha de frente da restauração não é caridade — é estratégia.

Caminhos para editais ecológica e socialmente inteligentes adaptados à realidade local

Mapas de prioridade, dados climáticos e o conhecimento acumulado pelas comunidades locais devem ser os principais pilares orientadores das políticas de apoio à restauração ecológica na Amazônia. No entanto, mais do que critérios técnicos, é indispensável **fomentar uma governança verdadeiramente inclusiva**, que valorize a participação ativa de povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, agricultores familiares e instituições amazônicas. Não adianta ouvir as demandas locais, se na hora da aplicação prática o processo de escuta for desconsiderado.

Para que os editais e mecanismos de financiamento sejam eficazes e legitimados nos territórios, é necessário adotar diretrizes baseadas minimamente em: a) **Dados climáticos e fenológicos regionais**, essenciais para sincronizar os cronogramas de execução com os ciclos naturais de chuva, frutificação e plantio; e b) **Descentralização e regionalização dos editais**, permitindo que as chamadas públicas adotem calendários e critérios adequados a sub-regiões amazônicas, respeitando suas especificidades socioambientais.

Financiamento eficiente deve ser acessível e de médio-longo prazos

A pesquisa realizada pela Aliança, "Políticas e fontes de financiamento para a restauração florestal na Amazônia", evidencia o crescimento de recursos disponíveis, diversificação de instrumentos financeiros e de incentivos para a restauração na Amazônia, tanto de fontes internacionais quanto nacionais, públicas e privadas. Isso foi impulsionado pelas metas de restauração de diversos setores, incluindo maior envolvimento do setor privado em projetos de restauração e uma agenda governamental de maior priorização para recomposição de florestas. Porém, a existência do recurso por si só, não garante a efetividade dos projetos de restauração. Para que isso aconteça, dois elementos são fundamentais:

(i) **melhorar a acessibilidade a fontes de financiamento e crédito**, garantias e seguros, para que comunidades rurais e povos tradicionais tenham maior facilidade de aplicar e obter os recursos, inclusive para promover a regularização ambiental e fundiária; aumentar a transparência da disponibilidade e execução de recursos para a restauração, permitindo seu monitoramento; avançar na regularização fundiária e/ou flexibilizar a exigência de regularização para que pequenos, médios e grandes proprietários, bem como empresas e investidores, tenham segurança jurídica para investir em projetos de restauração; simplificar a facilitar o acesso à crédito/recursos para restauração, aumentando a competitividade com atividades como a pecuária e agricultura;

(ii) **aumentar o tempo de investimento para médio e longo prazos**, pois a restauração de florestas é um processo demorado que vai além do plantio de mudas, mas requer mobilização local, recursos humanos e insumos disponíveis e monitoramento com intervenções constantes de manejo para garantir a sobrevivência e desenvolvimento das espécies. Este acompanhamento e intervenções são fundamentais para garantir o sucesso da restauração, mas as fontes de financiamento raramente acompanham o ritmo da floresta que é minimamente necessário para seu estabelecimento.

Do compasso burocrático ao ritmo da floresta

A restauração da Amazônia não pode ser guiada por lógicas lineares e homogêneas. Trata-se de um processo vivo e complexo, moldado pelos ritmos ecológicos, culturais e sociais dos territórios. Políticas públicas eficazes devem ser construídas com o bioma — e não sobre ele.

Editais padronizados e desconectados das realidades locais não apenas atrasam a restauração: eles a inviabilizam. Quando o formato dos financiamentos ignora os ciclos naturais e sociais da floresta, compromete não só a eficiência técnica, mas a própria legitimidade das ações de restauração.

Este é um chamado à transformação. É hora de abandonar o compasso burocrático e construir instrumentos financeiros que sejam aliados da regeneração. Isso exige escuta, flexibilidade, descentralização e o reconhecimento dos saberes locais como pilares fundamentais da restauração.

A Amazônia pulsa. E a restauração não pode perder o ritmo da floresta.

ALIANÇA
PELA RESTAURAÇÃO NA
AMAZÔNIA

© Aliança Amazônia

Site: https://aliancaamazonia.org.br/
E-mail: contato@aliancaamazonia.org.br